



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

ANEXO II -MINUTA

CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO MUNICIPAL AO ARRENDAMENTO ACESSÍVEL

Considerando que:

A promoção de habitação acessível é um dos eixos estruturais e transversais da política municipal de habitação, tendo para esse efeito sido aprovado o Regulamento Municipal do Direito à Habitação, adiante designado por (RMDH), constante da Deliberação n.º 420/AML/2019, publicada no Diário da República n.º 230, 2.ª série de 29 de novembro;

O RMDH prevê entre outras formas de acesso a habitação acessível, a atribuição de um subsídio municipal a agregados habitacionais que sejam arrendatários de uma habitação em Lisboa, e cujos rendimentos não lhes permita aceder ou manter-se no mercado de habitação.

Através da Deliberação n.º 843/CM/2022 de 21 de dezembro de 2022 foi aprovado o terceiro concurso do Subsídio Municipal ao Arrendamento Acessível (SMAA).

O Segundo Outorgante através de concurso por classificação, a que se refere o Aviso de Abertura n.º 8/DMHDL/CML/22, foi selecionado para afetação de subsídio municipal ao arrendamento acessível do município de lisboa (SMAA), tendo ficado classificado para efeitos da presente atribuição.

Entre

O Município de Lisboa, pessoa coletiva de direito público n.º 500051070, com sede nos Paços do Concelho, Largo do Município, aqui representado pela Vereadora Filipa Maria Salema Roseta Vaz Monteiro, com domicílio profissional na Rua do Arsenal, 54 - 4.º, 1100-040 Lisboa, no exercício das competências delegadas através do Despacho n.º 166/P/2021, publicado no 1.º suplemento ao Boletim Municipal n.º 1446 de 4 de Novembro, alterado pelo Despacho n.º 199/P/2021 publicado no Boletim Municipal n.º 1453 de 23 de Dezembro de 2021, adiante designado por **PRIMEIRO OUTORGANTE**;

E

(nome)....., portador do C.C n.º, válido até, contribuinte fiscal n.º, (estado civil), com domicílio na, em Lisboa, doravante designado por **SEGUNDO OUTORGANTE**.

É celebrado o presente contrato para atribuição de subsídio municipal ao arrendamento acessível, que se rege nos termos do seguinte clausulado, que as partes se obrigam a cumprir:



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Cláusula 1ª

Objeto

O presente contrato tem por objeto a atribuição de um subsídio municipal ao arrendamento acessível ao Segundo Outorgante.

Cláusula 2ª

Valor do subsídio

1 – O subsídio a atribuir é no valor de €..... (.....) mensais, conforme despacho da Vereadora do Pelouro da Habitação exarado em .././..... na Informação nº.....

2 – O subsídio é pago através de transferência bancária, realizada para a conta em nome do Segundo Outorgante.

Cláusula 3ª

Prazos

1 – O Subsídio é atribuído durante 12 meses.

2 – A primeira atribuição ocorrerá no mês de

3 – A atribuição está sujeita a avaliação semestral, para verificação da manutenção das condições da sua atribuição.

Cláusula 4ª

Obrigações do beneficiário

1 – O Segundo Outorgante obriga -se a informar o Município no prazo de 15 dias úteis, sempre que se verifique a alteração das condições que estiveram na base da atribuição do mesmo, designadamente nas seguintes situações:

- a) Alteração do rendimento mensal disponível do Agregado Habitacional;
- b) Cessaçao do contrato de arrendamento.

2 – O Município pode verificar o cumprimento das condições de acesso a qualquer momento, solicitando os documentos tidos por convenientes, que o Segundo Outorgante se obriga a facultar sob pena de cessaçao do apoio.

Cláusula 5ª

Cessaçao e suspensao da atribuiçao

1 – O subsídio municipal cessa:

- a) Chegado o final do prazo previsto para a sua atribuiçao;



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

- b) Verificando-se o incumprimento das obrigações previstas na Cláusula anterior;
- c) No caso de violação de algum dos requisitos de atribuição previstos no artigo 48º do RMDH.
- 2 - Sempre que ocorram factos que consubstanciem o incumprimento pelo Segundo Outorgante do disposto no RMDH, a atribuição do subsídio municipal é suspensa, sem prejuízo da subsequente cessação definitiva do apoio.
- 3 — O incumprimento doloso, ou com negligência grave, do disposto no RMDH ou do previsto no presente Contrato, que dê origem a apropriação indevida do subsídio municipal já recebido pelo beneficiário, determina a cessação do contrato e o reembolso integral de todos os montantes recebidos neste âmbito, acrescido de uma penalização de 50 %, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal a que possa haver lugar.
- 4 — O incumprimento não doloso do contrato ou do presente Regulamento determina a cessação da atribuição do subsídio, bem como a devolução do montante recebido pelo beneficiário desde a prática do incumprimento.

Cláusula 6ª

Disposições legais aplicáveis

- 1 - Na execução do presente contrato, observar-se-ão:
- a) O respetivo clausulado;
- b) A Deliberação nº 843/CM/2022 de 21 de dezembro;
- c) O Regulamento Municipal do Direito à Habitação;
- c) O Código do Procedimento Administrativo.

Feito em Lisboa, em ____ de _____ de 2023, em dois exemplares de 3 páginas cada, todas devidamente rubricadas e a última assinada, ficando um exemplar na posse de cada Outorgante.

O PRIMEIRO OUTORGANTE

O SEGUNDO OUTORGANTE

A Vereadora

Filipa Maria Salema Roseta Vaz Monteiro